



A insegurança alimentar e nutricional entre povos tradicionais no Brasil: uma revisão de escopo

Lorena Oliveira dos Santos^{1*} ; Juliede Alves Andrade¹ ; Beatriz Lúcia Maia Abreu¹ ; Evelyn Caldas Abreu¹ ; Juan Messias Souza Santos¹ ; Priscila de Moraes Sato¹ 

Introdução: O presente artigo apresenta uma revisão de escopo da literatura com o intuito de analisar a produção científica sobre Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) entre os povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Objetivo: Este trabalho será pioneiro no campo da Saúde Pública no que se refere à revisão para esses grupos.

Método: As buscas foram realizadas em bases de dados: Science Direct, Medline/PubMed e SciELO, incluindo artigos originais que abordassem experiências de InSAN entre comunidades tradicionais no país.

Resultados e discussão: Vinte artigos foram analisados segundo as prevalências de InSAN por macrorregiões do Brasil, os impeditivos para garantir a segurança alimentar e nutricional e as estratégias de enfrentamento da InSAN. Os resultados indicaram que os povos tradicionais enfrentam InSAN em diversos níveis, devido à falta de políticas específicas que considerem os determinantes sociais para e com esta população. Algumas das estratégias utilizadas por estes são: autoconsumo do que é produzido; reforma agrária, como garantia de acesso à terra e a reciprocidade alimentar, o compartilhamento de comida para as pessoas que solicitam a sua rede de apoio, para a não piora dos níveis de SAN. **Conclusão:** Investir em programas que promovem a soberania alimentar, que protegem os territórios tradicionais e incentivam a autonomia desses grupos é fundamental para enfrentar a InSAN. Além disso, é necessário investir em programas que protejam os territórios dos povos e comunidades tradicionais, fomentar programas de transferência de renda que não tenham um caráter somente assistencialista, mas que atuem no empoderamento desses grupos.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Soberania alimentar; Povos e comunidades tradicionais.

Food and nutritional insecurity among traditional peoples in Brazil: a scoping review

Introduction: This article presents a scoping review of the literature with the aim of analyzing the scientific production on Food and Nutrition Insecurity (FNI) among traditional peoples and communities in Brazil.

Objective: This work will be a pioneer in the field of Public Health regarding the review for these groups. **Method:** The searches were carried out in the following databases: Science Direct, Medline/PubMed and SciELO, including original articles that addressed FNI experiences among traditional communities in the country. **Results and**

¹ Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. *Endereço para correspondência: E-mail: lorenasantos.nut@gmail.com.

discussion: Twenty articles were analyzed according to the prevalence of FNI by macro-regions of Brazil, the impediments to guaranteeing food and nutrition security and the strategies to deal with FNI. The results indicated that traditional peoples face FNI at different levels, due to the lack of specific policies that consider the social determinants for and with this population. Some of the strategies used by them are: self-consumption of what is produced; agrarian reform, such as guaranteeing access to land and food reciprocity, sharing food for people who request it from their support network, to prevent the worsening of FNS levels. **Conclusion:** Investing in programs that promote food sovereignty, protect traditional territories and encourage the autonomy of these groups is essential to combat FNS. In addition, it is necessary to invest in programs that protect the territories of traditional peoples and communities, and promote income transfer programs that are not only welfare-based but that work to empower these groups.

Keywords: Food and Nutrition Security, Food sovereignty, Traditional peoples and communities.

Submetido em: 23/07/2024

Aceito em: 17/03/2025

INTRODUÇÃO

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que possuem uma relação histórica e cultural com determinado território e que mantêm práticas e modos de vida ancestrais, os quais dependem de uma forte ligação com a natureza e com a preservação da biodiversidade¹. O conceito de comunidades tradicionais está fortemente ligado à territorialidade, entendida, nesses contextos, como um elemento constituinte da identidade e luta, por meio de laços solidários e de ajuda mútua². Contudo, é importante salientar que tais territórios quase sempre são ameaçados pelo setor agropecuário, garimpo, desmatamento ou pela exploração desenfreada da fauna, flora e recursos hídricos³.

Dentre os agentes sociais que compõem o mosaico dos povos tradicionais no Brasil, 28 povos são reconhecidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instituída pelo Decreto nº 8.750/2016, destacando-se os povos indígenas, as populações ribeirinhas, pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas, dentre outros¹.

Há uma invisibilidade censitária dessas populações, pois não foram recenseadas todos os grupos populacionais que compõem os povos/comunidades tradicionais no Brasil e, portanto, não há um quantitativo de todas as pessoas

pertencentes aos povos tradicionais em território nacional com exceção dos indígenas, com o quantitativo de 1.693.535 pessoas, o que representava 0,83% da população total do país no censo de 2022 e estão distribuídos entre as zonas rurais e zonas urbanas⁴, e dos povos quilombolas, incluídos somente no último censo nacional de 2022⁴, representando 0,65% de quilombolas na população (1.327.802 milhão).

Para além da ausência ou escassez de informações, persistem outros obstáculos importantes para a caracterização dos perfis alimentares e nutricionais das populações em questão, como é o caso da disponibilização regular de dados sobre os inquéritos alimentares. Os poucos dados disponíveis revelam indicadores de consumo alimentar amplamente desfavoráveis e piores que aqueles registrados nos outros segmentos da população^{5,6}.

As iniquidades vivenciadas pelos povos tradicionais no Brasil são resultado de injustiças históricas e persistentes que resultam em desigualdades socioeconômicas e raciais. Esses processos têm deixado marcas profundas e resultam em disparidades significativas de renda, educação, saúde e alimentação entre diferentes grupos no país³.

Considerando os aspectos relacionados à alimentação e nutrição desses povos, comunidades tradicionais experimentam taxas

desproporcionalmente altas de insegurança alimentar e nutricional (InSAN) desde o período colonial, que incluíram a realocação forçada para terras de reservas rurais e a degradação dos padrões tradicionais de subsistência^{7,8}. De maneira geral, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um termo considerado bastante flexível e multidimensional. No Brasil, a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional, a define como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN)⁹.

É importante enfatizar na mencionada definição a necessidade, para a garantia da SAN, de atenção aos aspectos culturais e ambientais, centrais para os grupos tradicionais. Assim, o acesso à terra é essencial para assegurar alimentos em quantidade e com qualidade necessários para o bem-estar e para a sobrevivência dos povos tradicionais¹⁰.

No que diz respeito às taxas de InSAN no Brasil, em 2022, considerando as cinco macrorregiões do país e as zonas urbanas e rurais, os resultados do II VIGISAN¹¹ revelaram que em 28,0% dos domicílios brasileiros havia incertezas quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação estar comprometida, classificando-os, segundo a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA)⁶ como InSAN leve. Quanto aos percentuais da população convivendo com formas mais severas de InSAN (moderada e grave), as regiões Norte e Nordeste apresentaram piores percentuais, 45,2% e 38,4% respectivamente, seguidas do Centro-oeste (28,4%), do Sudeste (27,4%), e da região Sul (21,7%)⁶. Certos grupos são mais acometidos com InSAN, sendo aqueles de baixa renda, menor grau de escolaridade, situação de desemprego, condições estas interdependentes. No entanto, o estudo não incluiu informações sobre povos e comunidades tradicionais¹¹.

Conhecer as experiências de InSAN dos povos e comunidades tradicionais permite a identificação de grupos em maior vulnerabilidade, facilitando o direcionamento e planejamento de políticas públicas que tenham impacto na redução das desigualdades econômicas e sociais, visando a garantia de SAN e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Sobre a InSAN entre povos e comunidades tradicionais no Brasil, embora a literatura aborde a temática sob diversas perspectivas, há escassez de revisões anteriores nessa área específica no campo da Saúde Pública no que se refere à análise detalhada para esses grupos populacionais, esta pesquisa busca preencher essa lacuna ao explorar a relação entre segurança alimentar, nutrição e políticas públicas voltadas a esses povos.

Portanto, o presente estudo de revisão de escopo se propõe a analisar a produção científica sobre as situações de InSAN entre populações tradicionais no Brasil.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de revisão de escopo, por conta da ausência de revisões anteriores e da natureza da temática em questão. Todo processo de seleção dos estudos foi detalhado em um fluxograma e descrito a seguir utilizando a lista de verificação *PRISMA-ScR*¹² para adequação do modelo de revisão.

Para construção da pergunta de pesquisa, utilizou-se da estratégia População; Conceito e Contexto (PCC), sendo o P – povos tradicionais, C – insegurança alimentar e nutricional e C – Brasil¹³. A partir disso, a pergunta de investigação elaborada foi “O que se sabe, no estado atual da literatura científica, sobre a insegurança alimentar e nutricional dos povos tradicionais no Brasil?”.

As buscas foram realizadas em bases de dados científicas, e os artigos foram selecionados a partir de critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Sendo incluídos artigos originais que: (1) investigassem ocorrência e experiências de InSAN (tais como prevalências e estratégias de combate); (2) fossem realizados com populações e povos

tradicionais; (3) fossem realizados no Brasil. Foram incluídos estudos qualitativos e quantitativos em qualquer idioma. Não houve restrição quanto ao tempo de publicação.

Foram critérios de exclusão: ser estudo de revisão, independentemente do tipo; artigo de opinião; comentário; editorial; capítulo de livro; pôster; protocolo de estudo; ou comunicação.

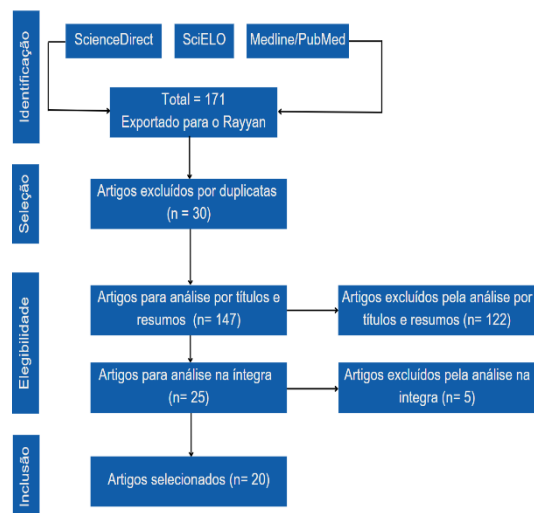
O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados *ScienceDirect*, *Medline/PubMed* e na biblioteca eletrônica SciELO, no período de 16 a 24 janeiro de 2023. Para tal etapa, houve mais de uma busca quanto aos termos indexados/palavras-chave a partir de todas as comunidades tradicionais.

Os termos utilizados para a pesquisa foram: Brasil, segurança alimentar e nutricional, insegurança alimentar, fome, comunidades tradicionais, povos tradicionais, e cada um dos 28 povos/comunidades tradicionais reconhecidos no Brasil: indígenas, quilombolas, povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana, ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, raizeiros, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre vivas, pantaneiros, morroquianos, pomeranos, catadores de mangaba, quebradeiras de coco babaçu, retireiros do Araguaia, comunidades de fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, cipozeiros, andirobeiros, caboclos, e juventude de povos e comunidades tradicionais. Os termos foram combinados com os operadores *booleanos AND* e *OR*.

O resultado das buscas foi exportado para o gerenciador de referências (n=171), *software Rayyan*, para remoção dos duplicados (n=30) e a definição dos estudos a serem selecionados (n=141). Para esta etapa, dois revisores avaliaram cada artigo independentemente por meio da leitura de títulos e resumos, e excluíram os que não atenderam aos critérios de elegibilidade. Um terceiro revisor foi contactado para reunião de consenso, quando necessário. Os artigos que atenderam aos critérios de inclusão (n=25) foram lidos na íntegra por um revisor para última etapa de seleção. Destes, cinco estudos foram excluídos por não serem pertinentes

ao objetivo da pesquisa. Todo o processo foi registrado em ficha própria (Figura 1).

Figura 1. Diagrama de fluxos de busca na literatura e inclusão de artigos.



Fonte: Elaboração própria.

As principais informações de cada artigo foram extraídas por dois revisores independentes e registradas em planilha elaborada no *Microsoft office® Excel*, segundo: título; autores; ano; idioma; revista; local; tipo de estudo; instrumentos (dados); tipo de análise; população; número de participantes; forma de avaliação de InSAN; prevalência; barreiras para SAN; facilitadores para a SAN; consequências da InSAN; principais resultados.

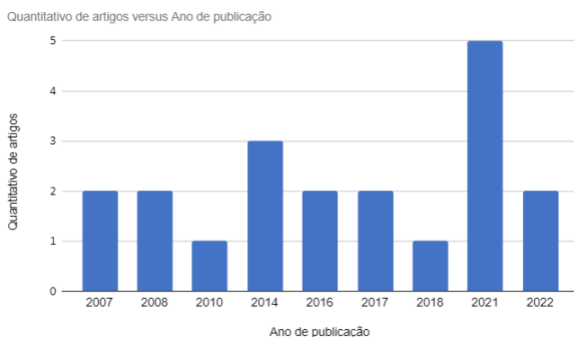
Para sintetizar os elementos essenciais de cada estudo, foi realizada uma análise qualitativa dos conteúdos. Essa abordagem permitiu a criação de categorias que emergiram da análise das publicações, para ilustrar a temática em questão. Os resultados foram compilados visando apresentar uma visão geral de todo o material, organizados consoante os elementos que influenciam a resposta à pergunta desta investigação. Os resultados revisados são apresentados em formato narrativo, abordando aspectos bibliométricos, bem como em um quadro que responde à questão central desta revisão de escopo.

RESULTADOS

Dentre os 28 povos tradicionais reconhecidos no Brasil, foram encontrados por este trabalho estudos com seis destes povos: quilombolas, indígenas, extrativistas (seringueiros), pescadores artesanais e/ou marisqueiras e povos de terreiro de matriz africana (Quadro 1).

Dentre os estudos, oito abrangeram a abordagem quantitativa^{14,15,16,17,18,19,20,21}, outros oito qualitativo^{22,23,24,25,26,27,28,29} e quatro qualiquantitativa^{30,31,32,33}, tendo sido publicados em português (n= 14)^{14,17,20,21,22,23,24,25,26,8,29,30,32,33} ou inglês (n=6)^{15,16,18,19,27,31}. Em relação aos anos em que os artigos foram publicados, os mais antigos foram publicados em 2007 (n = 2)^{30,33} e os mais recentes são de 2022 (n = 2)^{21,27}. Com um maior número de artigos publicados em 2021 (Figura 2).

Figura 2. Quantitativo de artigos por ano de publicação.



Fonte: Autoria própria (2024).

Quanto às regiões do Brasil, apenas três pesquisas^{15,16,19} foram realizadas em todas as regiões federativas. Com relação aos demais, a maior parte se concentrou na região Nordeste, seguida da Norte. Os percentuais de trabalhos realizados por região são apresentados na Figura 3.

Figura 3. Artigos originais realizados por regiões do Brasil.



Fonte: Autoria própria (2024).

Prevalências de inSAN por macrorregiões do Brasil

Foram realizados três estudos com amostragem nacional, todos em comunidades quilombolas^{15,16,19}, nos quais os autores examinaram as prevalências de InSAN com base na EBIA. De acordo com Gubert em 2017¹⁶, aproximadamente metade dos quilombolas (47,8%) vivenciaram, na época do estudo, a InSAN moderada/grave. Já Cherol em 2021^{15,19} constatou que 55,9% dos quilombolas enfrentavam essa realidade, nestas pesquisas, as regiões do Norte e Nordeste apresentaram as maiores taxas de InSAN, com respectivamente 67,1% e 48,3%. Além disso, a região Norte superou a média nacional de 55,9% e apresenta níveis de InSAN 4,6 vezes maior em relação às regiões Sul/Sudeste (14,4%). Das famílias que moram no Sul/Sudeste, 47,3% relataram estar em situação de SAN.

No Nordeste, houve o maior quantitativo de publicações, totalizando 40% (n=8) dos trabalhos. Estudos foram realizados com os seguintes povos: quilombolas^{14,17,22,24,25}; povo de santo de terreiros de candomblé²⁰; pescadores artesanais¹⁸ e extrativistas²¹.

A avaliação de InSAN em povos de terreiros, foi estudada por Carvalho²⁰ em Teresina, Piauí, usando a EBIA o qual descreveu que a InSAN era mais prevalente em famílias com até cinco membros, com crianças menores de 18 anos, chefiadas por mulheres autodeclaradas pretas e

pardas, com baixa escolaridade e renda de até um salário mínimo. Estas comunidades apresentaram 79,6% de InSAN, sendo 29,9% de InSAN leve, 33,6% de InSAN moderada e 16,1% de InSAN grave.

No comparativo realizado por Silva, em 2017 na Bahia, a prevalência de InSAN foi de 42% entre não quilombolas e 64,9% entre quilombolas¹⁷. Vale ressaltar que as formas de InSAN leve e moderada predominaram entre estes grupos, concentrando-se nas famílias que possuíam membros menores de 18 anos, com até cinco pessoas, e chefiadas por mulheres autodeclaradas pretas e pardas e com renda de até um salário mínimo^{20,24}.

No Mato Grosso³² e no estado do Amazonas³³, observaram-se relações inversas entre InSAN e renda, tanto nas áreas urbana quanto rural. Estudos com povos extrativistas^{32,33} (seringueiros) apontam que estes possuíam uma renda reduzida, muitas vezes vivendo em situação de extrema pobreza. Entre os indígenas²⁶ do Amazonas, segundo Yuyama (2008), a InSAN e a fome apareceram como situações vivenciadas frequentemente por muitos dos participantes da pesquisa, os quais relataram que: "Quando não tem dinheiro, passa assim mesmo, sem comer" e "Quando não tem o que comer, eu choro" (Yuyama, 2008, p 57)²⁶.

Estudos na Região Centro-Oeste^{18,27,30} centraram-se em comunidades indígenas e quilombolas. Dois estudos^{27,30} utilizaram a EBIA para avaliação da InSAN com indígenas. Fávoro, em 2007³⁰, constatou que nas famílias indígenas Teréna da área Indígena Buriti no Mato Grosso do Sul havia uma prevalência de 24,5% de SAN, 22,4% de InSAN leve, 32,7% de InSAN moderada e 20,4% de InSAN grave. Para investigar a realidade da população indígena das comunidades de Pimentel Barbosa, Etênhriritipá e Novo Paraíso no Mato Grosso, além dos dados estatísticos, o estudo de Welch²⁷ utilizou entrevistas etnográficas. Nesse contexto, o autor destacou que a fome e a preocupação com a escassez de alimentos emergiram como temas predominantes entre os indivíduos pesquisados. No que concerne à InSAN nas famílias quilombolas¹⁸ de Goiás, o percentual se mantém igual aos números encontrados na população indígena (75,2%) dos

domicílios, sendo a InSAN leve a mais frequente (45,1%).

No Sudeste, estudo realizado com pescadores artesanais da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, indicou a presença de InSAN leve entre eles, e que temiam passar fome pela falta de recursos financeiros para aquisição de alimentos antes do término do mês²⁹. Por fim, no Sul³¹, a prevalência de InSAN grave foi 55% maior entre os indígenas da etnia Kaingang da Terra Indígena Guarita, que residiam em domicílios com mais de cinco membros ($p=0,048$). Os autores deste estudo ressaltam que a InSAN grave, observada evidência a vulnerabilidade social vivenciada por essa população.

Impeditivos para garantia da SAN

Os estudos avaliados nesta revisão trouxeram um panorama geral de quais são os principais fatores associados à promoção e à garantia da SAN para os povos tradicionais, apontando aspectos transversais para diferentes povos e regiões do Brasil. Os mais pertinentes são: o nível de escolaridade; o acesso de renda; a não participação em programas sociais governamentais; o racismo estrutural; a falta de propriedade legal das terras; a expropriação por atividades agropecuárias; e a ausência de saneamento básico (Quadro 1).

Os estudos sobre comunidades quilombolas do Nordeste realizados por Neves^{14,22}, revelaram que crianças quilombolas residentes na zona rural vivenciam uma situação de elevada prevalência de InSAN. Esse dado revela que o contexto social, pode afetar o crescimento linear de crianças, sendo este um importante indicador de desnutrição crônica.

Os estudos também revelaram que ser quilombola não apenas está associado a um aumento da prevalência da InSAN, mas também à maior gravidade de seus níveis em comparação com famílias não quilombolas que residem em uma mesma área geográfica. Além de espelhar a miséria, a fome e o racismo estrutural que essas comunidades enfrentam, a InSAN é reconhecida pelas comunidades quilombolas como uma ameaça ao seu desenvolvimento cultural^{14,22}.

Os dados dos povos indígenas coadunam com o que foi encontrado com as populações

quilombolas. Observa-se, nesses dados, que a escolaridade materna estava associada à InSAN, sendo que as famílias cujo chefe tinha menor escolaridade apresentaram uma maior proporção de nível de InSAN moderada^{26,27,30,31}. Nos estudos de Fávoro³⁰ e Welch²⁷, a preocupação com a falta de alimentos foi relatada por mulheres entrevistadas, e muitas afirmaram que os alimentos acabaram antes que pudessem comprar mais alimentos.

Para as populações extrativistas do Amazonas, os obstáculos de ordem econômica e cultural estão presentes e são atravessados pela falta de recursos financeiros das famílias, dificuldades de acesso à escola devido às longas distâncias, falta de transporte ou as condições precárias das estradas e a falta de interesse pelos estudos, uma vez que os conteúdos das disciplinas não estão adequados à sua realidade social e rural^{32,33}. Já os pescadores artesanais da Bacia de Campos²⁹, do Ceará^{21,28}, enfrentam falta de recursos financeiros, o que os impediu de adquirir alimentos em quantidades suficientes. Essa situação gera preocupação constante nas famílias que temem passar fome antes do fim do mês devido à escassez de recursos para a compra de alimentos.

Por fim, os estudos demonstram que as vulnerabilidades econômicas e sociais experimentadas pelos povos/comunidades tradicionais, são transversais entre os diferentes grupos e territórios, destacando-se: a preocupação com a alimentação (InSAN); a baixa renda familiar; e a inexistência de escolas ou creches na comunidade (Quadro 1).

Estratégias para o enfrentamento à InSAN

Os programas sociais desempenham um papel fundamental como estratégias no

enfrentamento da InSAN em diversos grupos tradicionais e dentre as propostas dos estudos revisados, independentemente dos povos/comunidades tradicionais, destacam-se os programas de transferências de renda como o PBF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a alimentação escolar via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a distribuição de cestas de alimentos e a implementação de cisternas para garantir um acesso mais regular à água.

A participação no PBF foi citada como uma das possibilidades de redução das desigualdades sociais relativas à renda e como modo de contribuir para o aumento do acesso aos alimentos nos lares dos beneficiários¹⁷.

Algumas das possibilidades elencadas para a população extrativista³² são: a) autoconsumo de tudo que é produzido nas unidades produtivas familiar no assentamento, proporcionando uma redução de despesas com compra de alimentos e a disponibilidades desses em quantidade e qualidade adequadas, e em caso de produção além do necessário para consumo também se converte em renda garantindo a SAN dessa comunidade; b) Reforma agrária, como garantia de acesso à terra; c) A reciprocidade alimentar, a qual foi enfatizada em apenas um estudo com a população indígena²⁷, no qual um dos entrevistados relatou que “só consigo distribuir um pouco de comida para as pessoas que vêm pedir” (Welch JR, Coimbra CEA Jr., 2022, p. 9)²⁷. Nos momentos de escassez, os alimentos de mercado, tradicionais da cultura ou de horta, eram compartilhados e tidos como empréstimos ou presentes, sendo esta uma das estratégias, o compartilhamento coletivo a ser considerada para a não piora dos níveis de SAN na comunidade.

Quadro 1. Síntese das características dos estudos incluídos na revisão.

Participantes	Título	Autores	Tipo de estudo	Principais barreiras para SAN
Quilombolas	Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro	Neves F de J, Ferreira AA, Welch JR (2021) ²²	Qualitativo	• Racismo estrutural • Exclusão social.
Quilombolas	A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil	Silva DO e, Guerrero AFH, Guerrero CH, Toledo LM de. (2008) ²³	Qualitativo (grupos focais)	• Isolamento da comunidade para venda de produtos • Saque de terras • Degradação ambiental (diminuição de peixes).
Quilombolas	Concepções sobre segurança alimentar e nutricional pelos quilombolas da comunidade de Tijuacu, Bahia: uma abordagem etnográfica sobre o PAA	Carvalho AS (2010) ²⁴	Qualitativo (grupos focais)	• Racismo estrutural • Baixa escolaridade • Ausência de saneamento básico.
Quilombolas	Fatores associados ao estado nutricional de crianças quilombolas menores de 5 anos na região Nordeste do Brasil	Neves FJ (2017) ¹⁴	Quantitativo (Estudo transversal)	• Baixo nível de escolaridade • Ausência de saneamento básico • Dificuldades financeiras.
Quilombolas	<i>Governmental programmes associated with food insecurity among communities of descendants of enslaved blacks in Brazil</i>	Cherol CC de S, Ferreira AA, Salles-Costa R. (2021) ¹⁵	Quantitativo	• Reduzida participação em programas governamentais • Não acesso aos programas de transferência condicionada de renda.
Quilombolas	<i>Household food insecurity in black-slaves descendant communities in Brazil: has the legacy of slavery truly ended?</i>	Gubert MB, Segall-Corrêa AM, Spaniol AM, Pedroso J, Coelho SEAC, Pérez-Escamilla R. (2017) ¹⁶	Quantitativo	• Piores condições socioeconômicas (baixo nível educacional, pobreza e baixa renda) • Escassez e privação de alimentos nas regiões Norte-Nordeste; • Falta de propriedade legal das terras e expropriação por atividades agropecuárias.
Quilombolas	Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?	Silva EKP, Medeiros DS, Martins PC, Sousa LA, Lima GP, Rêgo MAS, et al. (2017) ¹⁷	Quantitativo (Transversal de abordagem domiciliar)	• Nível de escolaridade • Pobreza • Ausência de saneamento básico.
Quilombolas	<i>Overweight in Goiás' quilombola students and food insecurity in their families</i>	Cordeiro MM, Monego ET, Martins KA. (2014) ¹⁸	Quantitativo (transversal)	• Menor envolvimento com a agricultura de subsistência • Maior acesso a alimentos processados.

Quadro 1. Síntese das características dos estudos incluídos na revisão. **Continuação.**

Participantes	Título	Autores	Tipo de estudo	Principais barreiras para SAN
Quilombolas	Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar	Carvalho; Silva (2014) ²⁵	Qualitativo	• A não-titulação das terras; • Programas de governo insuficientes; • Agricultores não inseridos ou não acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Quilombolas	<i>Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil</i>	CHEROL CC de S, FERREIRA AA, SALLES-COSTA R (2021) ¹⁹	Quantitativo	• Dificuldade em produzir e comercializar seus alimentos • Falta de associações e sindicatos para estimular a produção • Falta de saneamento básico e ausência de energia elétrica.
Povo de santo de terreiros de candomblé	Insegurança alimentar em povos de terreiros	De Carvalho RRS, Da Costa Alberto NSM, Pereira TG (2014) ²⁰	Quantitativo (transversal)	• Menor rendimento salarial • Menores oportunidades no mercado de trabalho ofertadas às mulheres chefes de família; • Inacessibilidade a alimentos e a programas sociais
Indígenas	<i>Food security in Teréna indigenous families, Mato Grosso do Sul, Brazil</i>	Fávaro T, Ribas DLB, Zorzatto JR, Segall-Corrêa AM, Panigassi G. (2007) ³⁰	Metodologia quanti-qualitativa	• Escolaridade materna
Indígenas	<i>Household food insecurity, dental caries and oral-health-related quality of life in Brazilian Indigenous adults</i>	Soares GH, Mota JMS, Mialhe FL, Biazevic MGH, Araújo ME de, Michel-Crosato E. (2021) ³¹	Metodologia quanti-qualitativa	Não citado no artigo
Indígenas	Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil	Yuyama LKO, Py-Daniel V, Ishikawa NK, Medeiros JF, Kepple AW, Segall-Corrêa AM (2008) ²⁶	Qualitativo	• Falta de demarcação de terras
Indígenas	<i>A'uwe (Xavante) views of food security in a context of monetization of an indigenous economy in Central Brazil</i>	Welch JR, Coimbra CEA Jr. (2022) ²⁷	Qualitativo (Entrevistas etnográficas)	• Falta de dinheiro
Pesca artesanal	<i>Oil spill on the Brazilian coast: (in)visibility of knowledges and disregard for the life of shellfisherwomen</i>	Silva, Luiz Rons Caúla da et al. (2021) ²⁸	Qualitativo (exploratória e descritiva)	• As doenças relacionadas ao trabalho • Vulnerabilidades associadas a diversos contextos como a gravidez.

Quadro 1. Síntese das características dos estudos incluídos na revisão. **Continuação.**

Participantes	Título	Autores	Tipo de estudo	Principais barreiras para SAN
Pesca artesanal	Pescadores artesanais da Bacia de Campos: a saúde pela perspectiva da (in)segurança alimentar	Campos MM, Machado M, Timóteo GM, Mesquita PB. (2016) ²⁹	Qualitativo	- Falta de políticas públicas de suporte a essa população - Baixa renda para aquisição de alimentos suficientes.
Pesca artesanal	Condições de vida e saúde de famílias rurais no sertão cearense: desafios para Agenda 2030	Sombra Neto LL, Pessoa VM, Carneiro FF.(2022) ²¹	Quantitativo (transversal e descritiva)	- Pandemia da Covid-19 - Os efeitos da pandemia no trabalho informal e na incerteza de acesso à renda e às políticas públicas como no contexto do Nordeste - O desmonte de políticas públicas de SAN e soberania alimentar.
Extrativista	Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional	Soares KR, Ferreira EES, Seabra Junior S, Neves SMAS.(2018) ³²	Metodologia quanti-qualitativa	- Dificuldades de produção, em especial para o autoconsumo familiar. - Carga horária de trabalho das mulheres superior à dos homens;
Extrativista	Segurança/insegurança alimentar em famílias urbanas e rurais no estado do Amazonas: I. validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação	Yuyama LKO, Aguiar JPL, Pantoja I, Maeda RN, Melo T, Alencar FH, et al. (2007) ³³	Metodologia quanti-qualitativa	Menor nível de renda

Fonte: Elaboração própria, 2024.

DISCUSSÃO

Essa é a primeira revisão de literatura sobre a segurança alimentar de povos/comunidades tradicionais no Brasil. Os resultados destacam a alta prevalência e a situação de vulnerabilidade frente à ISAN desses povos, além da necessidade de abordar as iniquidades socioeconômicas, para o enfrentamento da InSAN e garantia do DHAA.

A partir da realização da revisão, verificou-se que poucos são os estudos publicados que contemplam as populações tradicionais, não sendo possível encontrar representação de todos os povos como, por exemplo, de não pertencentes a povos de matrizes africana e/ou indígena, tais como: Ciganos,

Cipozeiros, Castanheiras, Faxinalenses, Fundo e Fecho de Pasto; Geraizeiros, Ilhéus, Isqueiros, dentre outros. Esse fato demonstra que ainda é muito tímida a produção de conhecimento da nutrição em saúde pública voltada a segmentos específicos que constituem parte considerável da população brasileira e enfrentam diversas formas de invisibilização.

A grande parte das publicações encontradas nesta revisão, apresentam dados das regiões Norte (20%) e Nordeste (40%) do país. Pode-se considerar que estes resultados se relacionam principalmente com a distribuição desigual de renda, menores indicadores de riqueza, alfabetização e educação do Brasil^{14,17,18,20,22,24,25,32,33}. Como visto, há uma relação

inversa entre a renda e a InSAN, fato também observado no inquérito do II VIGISAN (BRASIL, 2022), o qual evidenciou que as formas mais severas de InSAN (moderada ou grave) atingem substancialmente a população das regiões Norte (45,2%) e Nordeste (38,4%)¹¹.

Nos estudos sobre a InSAN e nos indicadores de vulnerabilidades nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, as maiores prevalências de InSAN moderada ou grave foram identificadas em domicílios nos quais a mulher era a chefe da família, preta ou parda, com baixa escolaridade e de baixa renda *per capita*³⁴. Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros e raça presente em todos os estratos sociais do Brasil. Vale ressaltar que a escolaridade baixa das mulheres chefes de família interfere na sua inserção no mercado de trabalho e reforça o ciclo de baixa remuneração salarial³⁵. Esses problemas multifatoriais, presentes em todas as regiões do país e povos/comunidades tradicionais, tendem a ser impeditivos pertinentes e agem dificultando a garantia da SAN^{14,17,20,22,32}.

A garantia da SAN para os povos e comunidades tradicionais, enfrenta desafios complexos relacionados à preservação de seus territórios. Carvalho²⁵, Gubert¹⁶, e Yuyama²⁶, por meio de trabalhos com povos indígenas e comunidades quilombolas, apontam que a falta de demarcação de terras atuaram como impeditivos para promoção pela da SAN. Nesse sentido, somente 7% das comunidades quilombolas possuem titulação³⁶ e, para além da ausência de demarcação dos territórios, os indígenas ainda lidam com as apropriações irregulares de suas terras, a exemplo do ocorrido com as terras indígenas Yanomamis³⁷, fato que afetou inclusive o ecossistema local e consequentemente a segurança alimentar e nutricional desses povos.

Por fim, a literatura científica destaca a importância de abordagens integradas e participativas para enfrentar a InSAN desses grupos. Para tal, é necessário garantir acesso a territórios e recursos naturais, a garantia de direitos territoriais e a implementação de políticas públicas inclusivas e cumpridas às demandas específicas de cada povos tradicionais soma-se a isso a necessidade de investir em programas que incentivem e promovam a soberania alimentar, protejam os territórios dos povos e comunidades tradicionais, fomentem

programas de transferência de renda que não tenham um caráter assistencialista, mas que atuem no empoderamento desses grupos, pois só assim haverá mudanças duradouras da condição de invisibilidade destes povos^{1,3}.

Como limitações, ressalta-se que esta revisão de escopo se restringiu à busca de artigos originais e que não foram aplicados instrumentos de avaliação de qualidade dessas publicações. Também cumpre reiterar que a busca foi restrita a três bases bibliográficas específicas da área da saúde.

CONCLUSÃO

A partir da produção da literatura científica sobre a SAN de povos e comunidades tradicionais no Brasil, constatou-se que esses grupos estão expostos a uma série de fatores que produzem e impulsionam a InSAN. Dentre os principais desafios enfrentados por estes povos tradicionais, destacam-se a importância do território para subsistência e a falta de políticas específicas que considerem os determinantes sociais para e com esta população.

É importante ressaltar que a literatura científica sobre a InSAN dos povos tradicionais no Brasil está em constante evolução, e, portanto, mais pesquisas são necessárias para compreender a complexidade dessas questões e para colaborar com o desenvolvimento de estratégias efetivas de intervenção, principalmente no que diz respeito a territórios e grupos pouco investigados no país.

FINANCIAMENTO

Trabalho sem financiamento/apoio.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

FUNÇÕES DOS AUTORES

Todos os autores revisaram os conteúdos e aprovaram a versão final do artigo.

Lorena Oliveira dos Santos realizou a análise, interpretação dos dados e escrita do artigo.

Juliede Alves Andrade realizou a orientação, edição do artigo e a revisão final.

Beatriz Lúcia Maia Abreu contribuiu para a seleção e extração dos dados presentes nesta revisão.

Evelyn Caldas Abreu, contribuiu para a seleção e extração dos dados presentes nesta revisão.

Juan Messias Souza Santos contribuiu para a seleção e extração dos dados e revisão final.

Priscila de Moraes Sato realizou a orientação e supervisionou todas as etapas até a versão escrita final.

REFERÊNCIAS

- 1- Brasil. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016 [Internet]. Mai 9, 2016. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8750.htm
- 2- Lira TM, Chaves MPSR. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. Interações (Campo Grande) [Internet]. 2016;17(1):66–76. Available from: <https://www.scielo.br/j/inter/a/MXbhGK5VDQbX4bMQzRYDRLN/?lang=pt&f> DOI: <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>.
- 3- Cunha MC, Magalhães SB, Adams C, organizators. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. 2021.
- 4- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- 5- Athila AR, Leite MS. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. Cad Saúde Pública [Internet]. 2020;36(10):e00208019. Available from: <https://www.scielo.br/j/csp/a/6XNeJYvf5vSsrZmVrrVhYgj/> DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00208019>.
- 6- Canuto R, Fanton M, Lira PIC. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. Ciênc saúde coletiva [Internet]. 2019;24(9):3193–212. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/M5cJnvCgH5zHvzc8vsHbgCt/> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.26202017>.
- 7- Blue Bird Jernigan V et al. Food sovereignty indicators for Indigenous community capacity building and health. Front sustain food syst [Internet]. 2021;5:704750. Available from: <https://www.frontiersin.org/journals/sustainable-food-systems/articles/10.3389/fsufs.2021.704750/full> DOI: <https://doi.org/10.3389/fsufs.2021.704750>.
- 8- Conti IL, Coelho-de-Souza G. Povos e comunidades tradicionais: a produção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Amazôn [Internet]. 2013;5(3):780–804. Available from: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/articled/view/1605> DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v5i3.1605>.
- 9- Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, v. 143, n. 179, p. 1-2, 2006.
- 10- Campos EP. Brasil, país da fome: relações entre insegurança alimentar e desigualdades sociais [undergraduate thesis]. São Borja: Universidade Federal do Pampa; 2023. 69 p.
- 11- Rede PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN; 2021.
- 12- Cordeiro L, Soares CB. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa [Internet]. Boletim do Instituto de Saúde - BIS. 2019.
- 13- Tricco AC, Lillie E, Zarin W, O'Brien KK, Colquhoun H, Levac D, et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. Ann Intern Med [Internet]. 2018 Oct 2;169(7):467–73. Available from: <https://www.acpjournals.org/doi/10.7326/M18-0850> DOI: <http://doi.org/10.7326/M18-0850>.
- 14- Neves FJ. Fatores associados ao estado nutricional de crianças quilombolas menores de 5 anos na região Nordeste do Brasil [thesis]. 2017.
- 15- Cherol CC de S, Ferreira AA, Salles-Costa R. Governmental programmes associated with food insecurity among communities of descendants of enslaved blacks in Brazil. Public Health Nutr [Internet]. 2021;24(10):3136–46. Available from: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/governmental-programmes-associated-with-food-insecurity-among-communities-of-descendants-of-enslaved-blacks-in->

brazil/F2AB489233EFD20221AA8B35F4970BCB
DOI: <http://doi.org/10.1017/S1368980020004164>.

XzHNJsNFz/?lang=pt
DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00060220>.

- 16- Gubert MB, Segall-Corrêa AM, Spaniol AM, Pedroso J, Coelho SEAC, Pérez-Escamilla R. Household food insecurity in black-slaves descendant communities in Brazil: has the legacy of slavery truly ended?. *Public Health Nutr* [Internet]. 2017 Jun;20(8):1513–22. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27995820/> DOI: <https://doi.org/10.1017/s1368980016003414>.
- 17- Silva EKP, Medeiros DS, Martins PC, Sousa LA, Lima GP, Rêgo MAS, et al. Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?. *Cad Saúde Pública*. 2017;33(4):e00005716. Available from: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XmQMnWcCT8jPq5gp36Jv7pF/?lang=pt> DOI: <http://doi.org/10.1590/0102-311X00005716>.
- 18- Cordeiro MM, Monego ET, Martins KA. Excesso de peso de estudantes quilombolas de Goiás e a insegurança alimentar em suas famílias. *Rev Nutr*. 2014;27(4):405–12. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/XCxnMQmVCb77QyvQzxNyFPk/abstract/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1415-52732014000400002>.
- 19- Cherol CC de S, Ferreira AA, Salles-Costa R. Social inequalities and household food insecurity in quilombola communities in Brazil. *Rev Nutr* [Internet]. 2021;34:e200173. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/rGC7btFzx6kS9JZmCqBMYrQ/?lang=en> DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200173>.
- 20- De Carvalho RRS, Da Costa Alberto NSM, Pereira TG. Insegurança alimentar em povos de terreiros. *ABCS Ciênc Saúde*. 2014;39(1). Available from: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-746731>.
- 21- Sombra Neto LL, Pessoa VM, Carneiro FF. Condições de vida e saúde de famílias rurais no sertão cearense: desafios para Agenda 2030. *Saúde debate*. 2022;46:148–62. Available from: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/G9s9nVyqBy6hxc9DjJxyk/> DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213210>.
- 22- Neves F de J, Ferreira AA, Welch JR. Estado nutricional e fatores associados ao déficit estatural em crianças menores de cinco anos de comunidades remanescentes de quilombos do Nordeste brasileiro. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2021;37(7):e00060220. Available from: <https://www.scielo.br/j/csp/a/rcZWYDCTHmTKV8>
- 23- Silva DO e, Guerrero AFH, Guerrero CH, Toledo LM de. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. *Rev Nutr* [Internet]. 2008Jul;21(suppl):83s–7s. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/hTScyMrzn9Fp359QFfKt6rN/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700008>.
- 24- Carvalho AS. Concepções sobre segurança alimentar e nutricional pelos quilombolas da comunidade de Tijuacu, Bahia: uma abordagem etnográfica sobre o PAA [thesis]. Recife: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães; 2010.
- 25- Carvalho AS, Oliveira e Silva D. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuacu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. *Interface (Botucatu)* [Internet]. 2014Jul;18(50):521–32. Available from: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hwgc6LPPHWZymhqL6py6Lpf/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0804>.
- 26- Yuyama LKO, Py-Daniel V, Ishikawa NK, Medeiros JF, Kepple AW, Segall-Corrêa AM. Percepção e compreensão dos conceitos contidos na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, em comunidades indígenas no estado do Amazonas, Brasil. *Rev Nutr* [Internet]. 2008Jul;21(suppl):53s–63s. Available from: <https://www.scielo.br/j/rn/a/L9cHL6tMYH4Z9Pt5qQRZ9kx/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700006>.
- 27- Welch JR, Coimbra CEA Jr. A'uwẽ (Xavante) views of food security in a context of monetarization of an indigenous economy in Central Brazil. *PLoS One*. 2022;17(2):e0264525. Available from: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0264525> DOI: <http://doi.org/10.1371/journal.pone.0264525>.
- 28- Silva, Luiz Rons Caúla da et al. Derramamento de petróleo no litoral brasileiro: (in)visibilidade de saberes e descaso com a vida de marisqueiras. *Ciênc saúde coletiva* [Internet]. 2021 [cited 11 April 2025];26(12):6027–36. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hKJZft8YxVVw4yhGYK4kyLD/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.15172021>.
- 29- Campos MM, Machado M, Timóteo GM, Mesquita PB. Pescadores artesanais da Bacia de Campos: a saúde pela perspectiva da (in)segurança alimentar. *Cad Metrop* [Internet]. 2016 Jul;18(36):481–501. Available from:

- <https://www.scielo.br/j/cm/a/ns9vTTLnC88x3BSnbsGkGBK/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3609>.
- 30- Fávoro T, Ribas DLB, Zorzatto JR, Segall-Corrêa AM, Panigassi G. Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil [Food security in Teréna indigenous families, Mato Grosso do Sul, Brazil]. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2007 Apr;23(4):785–93. Available from: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HrQfQRV38LBKB3KvVKNgNxk/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400006>.
 - 31- Soares GH, Mota JMS, Mialhe FL, Biazevic MGH, Araújo ME de, Michel-Crosato E. Household food insecurity, dental caries and oral-health-related quality of life in Brazilian Indigenous adults . *Ciênc saúde coletiva* [Internet]. 2021Apr;26(4):1489–500. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PHnTLYWFTGBHxkR9FVZMvNk/?lang=en> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.06472019>.
 - 32- Soares KR, Ferreira EES, Seabra Junior S, Neves SMAS. Extrativismo e produção de alimentos como estratégia de reprodução de agricultores familiares do assentamento Seringal, Amazônia Meridional. *Rev Econ Sociol Rural*. 2018;56(4):645–62. Available from: <https://www.scielo.br/j/resr/a/hKDnz3qkx6T4ycFLWkxzQYj/> DOI: <http://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560406>.
 - 33- Yuyama LKO, Aguiar JPL, Pantoja L, Maeda RN, Melo T, Alencar FH, et al. Segurança/insegurança alimentar em famílias urbanas e rurais no estado do Amazonas: I. validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. *Acta Amaz* [Internet]. 2007 Jun;37(2):247–52. Available from: <https://www.scielo.br/j/aa/a/TmCc7FjbSBNypwhvCcf8JNq/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672007000200011>.
 - 34- Mariano SA, Carloto CM. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Soc estado* [Internet]. 2013 May;28(2):393–417. Available from: <https://www.scielo.br/j/se/a/DKHhBQsh5rv4LSnMmSgqThv/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000200011>.
 - 35- Bezerra MS, Jacob MCM, Ferreira MAF, Vale D, Mirabal IRB, Lyra C de O. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. *Ciênc saúde coletiva* [Internet]. 2020 Oct;25(10):3833–46. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVy4KR3Gtc/?lang=pt> DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>.
 - 36- Brito D. Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas. Agência Brasil. 2018 maio 29. Available from: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>.
 - 37- Athila A, Zacquini C. Yanomamis revivem ameaça de extermínio com garimpo e omissão governamental. *Folha de S. Paulo*. 2021. Available from: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/12/yanomamis-revivem-ameaca-de-extermínio-com-garimpo-e-omissao-governamental.shtml>.